



VILAREALSTºANTONIO

1
HélgosL
N

ATA Nº. 5/2018

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 14 de fevereiro de 2018.

Aos catorze dias do mês de fevereiro de 2018, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, comigo, Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores Luis Miguel Guerreiro Romão, Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas, Rui Carlos Piloto Pires, Manuel Filipe Pôla Alturas, Célia Maria Marques da Rosa Paz e Álvaro Filipe Madeira Leal, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DE ATAS;
- ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS PERMANENTES;
- APROVAÇÃO FINAL DA CORREÇÃO MATERIAL DA DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS PROPOSTOS DA AVENIDA INFANTE D. HENRIQUE EM MONTE GORDO, DELIMITADA A SUL PELA AV. INFANTE D. HENRIQUE, A NORTE PELA RUA D. FRANCISCO DE ALMEIDA, A POENTE PELO PLANO PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO PONTE DE MONTE GORDO E, A NASCENTE PELO PLANO DE PORMENOR NASCENTE DE MONTE GORDO;
- CANCELAMENTO DO PACTO DE PREFERÊNCIA - MÁRIO LAGE - CONSTRUÇÃO CIVIL, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.;

2
Hélio G. S.
A

- ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVO AO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO REFERENTE AO ANO LETIVO 2016/2017;
- ATRIBUIÇÃO DE VERBAS NO SENTIDO DE COBRIR AS DESPESAS RELATIVA AOS ALUNOS CARENCIADOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO 2017/2018;
- APROVAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE REFORÇO DE CONCESSÃO DE APOIO AOS GRUPOS PARTICIPANTES NO “CARNAVAL POPULAR 2018”;
- DOAÇÃO DE OBRAS DE ARTE À CÂMARA MUNICIPAL;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS;
- CELEBRAÇÃO DE ACORDOS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E AGENTES PRIVADOS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SIGNATÁRIO RELATIVO À ISENÇÃO DAS TAXAS DO PEDIDO DE APRECIÇÃO E EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, PARA REALIZAÇÃO DOS “BAILES DE CARNAVAL E PINHATA/2018” - JUNTA DE FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- RATIFICAÇÃO DO DESPACHO - ISENÇÃO DAS TAXAS DE APRECIÇÃO E EMISSÃO DE LICENÇAS DE RECINTO IMPROVISADO E ESPECIAL DE RUÍDO, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “28º ANIVERSÁRIO” – MOTO CLUBE DO GUADIANA;
- PROPOSTA APRESENTADA PELOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências dos Srs. Vereadores António Maria Farinha Murta e Cristina Nogueira Mira, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respetivas faltas.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 9 de Fevereiro de 2018, apresentando um saldo de 1.024.320,03 € € (um milhão vinte e quatro mil e trezentos e vinte euros e três centimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Sra. Vereadora Célia Paz chamou a atenção para a demarcação rodoviária na estrada da mata, onde se está a refazer um traço que antes era descontínuo e agora está contínuo, referindo que tal não faz sentido atendendo à extensão da mesma.

O Sr. Vereador Rui Pires informou que se tratou de uma sugestão por parte das autoridades policiais – GNR, esclarecendo que não será em toda a extensão do troço rodoviário, incidindo no troço compreendido entre a sinalização vertical de perigo com indicação das passadeiras e no espaço que a sucede.

Pelos Srs. Vereadores Manuel Pôla Alturas e Célia Paz, foi apresentado o seguinte requerimento:

"Foi com algum estupor e admiração que verificamos que ontem, terça-feira de Carnaval, começou a ser colocado um tapume na zona do complexo desportivo que poderá indiciar o início das obras da chamada requalificação dos polidesportivos descobertos que, ao que consta, mais não é do que a construção de uma zona comercial.

Este processo esteve, e está, rodeado de controvérsia pela forma, pelo conteúdo além de que já foi alvo de um processo judicial.

A data escolhida para dar início às obras é igualmente significativa. Até parece que se procurou o dia em que ninguém levasse a mal, desviando as atenções para outra freguesia do concelho, de forma a poderem tranquilamente iniciar o processo de vedar o recinto dos polidesportivos.

Os vereadores desta Câmara Municipal de VRSA não dispõem de qualquer informação sobre a obra em causa, nomeadamente a informação sobre a entidade que solicitou a emissão da licença, bem como a volumetria e tipologia da mesma.

Somos membros de direito de um órgão autárquico e não dispomos de qualquer informação sobre o processo pelo que requeremos:

- a) que seja prestada de imediato informação verbal sobre a entidade requerente da licença, data da sua emissão, volumetria e tipologia da construção;
- b) que seja prestada de imediato informação verbal se a Câmara Municipal de VRSA foi notificada pelo tribunal competente da decisão favorável ao município da providência cautelar movida por um grupo de cidadãos e, em caso afirmativo, em que data."

A Sra. Presidente informou que a obra é da responsabilidade da SGU, sendo a Neurifen a adjudicatária da obra. E confirmou a notificação à Câmara, pelo Tribunal, da decisão judicial favorável.

O Sr. Vereador Manuel Pôla Alturas agradeceu o envio da documentação solicitada, mas reclamou a falta do contrato com a empresa concessionária ESSE, bem como a informação sobre os valores recebidos no âmbito do referido contrato.

O Sr. Vereador Álvaro Leal relembrou a responsabilidade da Autarquia de manter em condições os polidesportivos. No que se refere às obras de requalificação dos polidesportivos mencionou não ser contra a instalação de um estabelecimento comercial mas sim contra a sua localização e, contrapondo o argumento apresentado em tempos pela Sra. Presidente sobre a criação de 40 postos de trabalho, considera que se irão perder outros tantos, referindo-se aos pequenos estabelecimentos instalados na mesma zona, pelo que questionou se teria sido elaborado algum estudo de impacto económico.

Solicitou que lhe fosse facultado para consulta os currículos das pessoas que prestam serviços para a Câmara Municipal.

Apresentou os seguintes requerimentos, que ficam apensos ao final da presente ata:

“Solicita uma relação dos apoios às associações de pescadores durante os últimos 4 anos e apenas ter sido apresentada a informação de 2017, devendo ser completada com informação de outubro de 2013 a dezembro de 2016”;

“Solicita informação sobre a situação em que se encontra contabilizada a faturação das Águas do Algarve, o valor em dívida, e se a Câmara Municipal/SGU vai ser ou não obrigada a liquidar aquela faturação em litígio”;

“Solicita esclarecimento jurídico sobre duas questões relacionadas com o funcionamento da SGU:

1. Se é legítima a transferência para empresas municipais de competências que a lei determina serem exclusivas da Câmara Municipal e, em caso positivo, se a Presidente da Câmara Municipal, ao assumir a presidência dessas empresas as pode exercer;

2. Se é compatível o estabelecimento de contratos de prestação de serviços pela empresa municipal com membros da Assembleia Municipal ou se estes terão de recorrer ao direito de opção."

"Solicita informação, como e quando pensa reembolsar os munícipes, sem colocar em causa o regular funcionamento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António".

A CDU sabedora das dificuldades económicas que alguns clubes passam, será importante saber:

1. "Quando prevê a Presidente de Câmara restabelecer os contratos programa com o Clubes e Associações do Concelho;
2. Qual o valor total que prevê destinar a estes contratos já em 2018 e nos seguintes anos;
3. Além do apoio económico que outros tipos de apoio estarão previstos nos contratos programa (por exemplo transportes).

Por forma a completar o esclarecimento, solicito informação sobre os últimos contratos programa (datas e valores) e os montantes que os mesmos clubes e associações receberam de forma avulsa desde que não existe estes contratos."

Pedido de esclarecimento relativo ao encerramento no final do ano letivo da Escola Básica António Aleixo:

1. O que é que mudou em quatro meses?
2. Quais as razões que justificam o encerramento de mais uma escola no Concelho de Vila Real de Santo António?

7
Heuc.636
A

3. Quais as mais-valias que apresentam as futuras instalações apontadas como destino para estas crianças que inevitavelmente não é possível reunir nas atuais?
4. Garante a Presidente de Câmara a reserva do solo para futuros equipamentos escolares ou similares? Ou estará o interesse imobiliário por detrás do encerramento desta escola?"

Por ultimo, o Sr. Vereador Álvaro Leal questionou a Sra. Presidente sobre a pertinência da concessão de tolerância de ponto dada aos funcionários na segunda-feira de carnaval, e sobre a prestação de serviços da SGU com a firma Tesaba.

A Sra. Presidente prontamente se disponibilizou a prestar os devidos esclarecimentos por escrito às questões colocadas sem deixar de referir o seguinte:

- Durante o período da última campanha eleitoral foi manifestado pelos residentes da zona adjacente aos polidesportivos a necessidade de existência de mais espaços comerciais;
- Quanto à disponibilização de cópias dos currículos *vitae* dos prestadores de serviço condicionou a mesma à autorização por parte daqueles, sem descurar a possibilidade da sua consulta;
- No que se refere em concreto à prestação de serviços outorgada entre a empresa municipal e a empresa Tesaba, está em causa uma prestação de serviços de consultadoria na área do urbanismo, promovida por uma pessoa com grandes conhecimentos na área tendo feito parte de entidades como a CCDR;

8
Hélio
A

- Por último no que se refere à pertinência da concessão da tolerância de ponto na segunda-feira de carnaval a mesma fundamentou-se, em parte, no elevado número de solicitações daquele dia para gozo de férias com prejuízo para os demais que ficariam a assegurar o serviço.

Relativamente ao pedido de esclarecimento do Sr. Vereador Álvaro Leal, quanto ao possível encerramento da Escola E.B. 1 António Aleixo, integrada no Agrupamento de Escolas D. José I, a Sra. Vereadora Carla Sabino prestou o seguinte esclarecimento:

“Quando iniciei as minhas funções de vereação ao serviço do Município de VRSA, no dia 23 de outubro, foi minha preocupação visitar todos os setores e serviços, dentro dos pelouros que detenho, nos quais se enquadra a área da Educação.

Na primeira reunião mantida com a Direção do Agrupamento, entre muitos outros aspetos dialogados, foi-me dada a conhecer a problemática sentida na referida Escola, ao nível, sobretudo, da gestão interna da mesma, e a previsão de encerramento do Estabelecimento de Ensino. Fui informada que, no ano letivo anterior, não tinha sido aberta turma de primeiro ano, por opção do Agrupamento, facto que levou a que este ano letivo funcionasse apenas com três turmas, duas de primeiro ciclo, 2º ano e 4º ano, e uma apenas de pré-escolar, em virtude de uma das educadoras de infância ter manifestado interesse em ser transferida para a Escola E.B 1, Caldeira Alexandre.

A professora Adelaide Rosa, diretora do Agrupamento, pôs-me ao corrente das dificuldades sentidas ao nível da gestão dos recursos humanos afetos ao Estabelecimento de Ensino. Facto é que, a docente titular de turma, a lecionar a turma do 4º ano, apresentou documentos médicos, no primeiro período letivo, a atestar a sua incapacidade prolongada, levando o Agrupamento a solicitar a substituição da mesma, tendo a docente substituta apresentado, também, documento médico a atestar a sua incapacidade. Esta

situação arrastada levou a que os alunos da referida turma estivessem dias completos sem aulas, não podendo ser integrados noutras turmas nesse mesmo Estabelecimento, por existir apenas uma docente a lecionar uma turma de ano de escolaridade diferente e cuja turma já não comportava mais alunos. Caso os alunos estivessem inseridos numa escola com mais turmas, poderiam ter sido integrados noutros grupos, de forma a não serem prejudicados nas atividades letivas, não pondo em causa até o processo de avaliação, nem comprometendo as aprendizagens e competências dos alunos na finalização do ciclo. Verificou-se, simultaneamente, a frequente ausência de funcionários que, por motivos de doença, levou a que muitas vezes, e de modo a não fechar a escola e a garantir a componente de apoio à família, a Coordenadora de Estabelecimento tivesse de assegurar o período da hora de almoço, em detrimento do seu direito a pausa para almoço. Esta situação torna-se mais gravosa, uma vez que os alunos, no período da hora de almoço têm de ser transportados para outro estabelecimento de ensino para a utilização do refeitório escolar (não sendo possível haver o transporte de alimentos até à escola por impeditivos legais) e terem de ser acompanhados por duas funcionárias no trajeto, escola/refeitório/escola e no acompanhamento à hora do almoço.

Sublinha-se que a proposta legislativa de recursos humanos operacionais para as escolas, como se pode comprovar pela consulta e leitura da legislação em vigor, refere que para 48 alunos deverá existir um auxiliar de ação educativa. Esta escola tem afetas cinco funcionárias pertencentes ao quadro, quer do Ministério da Educação, quer da Autarquia. A Autarquia, sensível aos constrangimentos sentidos pelas escolas, tem duplicado o *ratio* de funcionário, chegando, em alguns casos, a ter o triplo de funcionários necessários para o bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Para além destes constrangimentos, que são os que mais pesam na possível decisão de fecho da escola, acresce ainda referir o isolamento dos docentes, sobretudo ao nível da partilha de materiais e experiências, assim como a impossibilidade dos alunos praticarem

atividade física em local apropriado (inexistência de pavilhão e de espaço coberto), o transporte dos mesmos ou a deslocação para qualquer atividade (hora do conto, aula de TIC, atividades desenvolvidas pela biblioteca escolar ou municipal, etc.).

Na sequência destas informações, tive a oportunidade de visitar, conjuntamente com a direção do Agrupamento, as salas livres, desocupadas e disponíveis que existem na Escola E.B. 1, Caldeira Alexandre, as quais poderão ser recetoras das duas turmas que, no próximo ano, frequentariam a Escola E. B. 1, António Aleixo. De referir que, não sendo intenção do Agrupamento abrir turma de primeiro ano novamente na Escola E.B. 1, António Aleixo, esta continuaria aberta apenas com duas turmas, uma de pré-escolar e outra de primeiro ciclo, perfazendo um total máximo de 50 alunos aproximadamente. A transferência das duas turmas para o edifício da antiga escola Marquês de Pombal irá permitir a continuidade pedagógica (os docentes continuarão a trabalhar com as suas respetivas turmas), o melhoramento das condições de trabalho, quer do pessoal docente, quer do pessoal não docente, assim como possibilitar e oferecer aos alunos melhores condições letivas e de oferta extra curricular. De referir, também, que os alunos não terão de ser transportados para a utilização do refeitório escolar e estarão mais perto dos restantes serviços.

Tendo observado a intenção do Agrupamento de informar, no final deste ano letivo, a Rede Escolar do encerramento da Escola, para além da visita feita às instalações, realizei, conjuntamente com a equipa da Educação/Juventude do Município, uma análise do número de alunos a integrar o primeiro ano do primeiro ciclo no próximo ano letivo, assim como o número de alunos a frequentar o ensino pré-escolar, existindo condições para que todos os alunos se mantenham, no próximo ano letivo, na Escola E.B.1, Caldeira Alexandre. De forma a garantir uma tomada de posição mais consistente, considerei importante saber, junto dos serviços do Centro de Saúde da freguesia de VRSA, o número de nascidos desde 2014, tendo os indicadores assinalado o mantimento dos níveis de natalidade na

freguesia. Apesar da natalidade se manter estável, há a diminuição ligeira do número de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino, fator que poderá dever-se à diminuição dos níveis de migração.

Face ao exposto, acrescento e sublinho que não foi o Município que informou o Agrupamento da necessidade de encerramento da Escola, mas sim a Direção do Agrupamento que o manifestou. Compete à Direção do Agrupamento informar a Rede Escolar da intenção de encerramento.

Por fim, gostaria de deixar aqui uma palavra de apreço e consideração pelo trabalho desenvolvido ao longo destes anos letivos pela Escola E.B. 1, António Aleixo. Será intenção deste Executivo usufruir do espaço físico da Escola para responder a necessidades juvenis, numa vertente pedagógica, artística e lúdica para a Juventude do Concelho.”

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DE ATAS.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Célia Paz, por não ter estado presente, aprovar a Ata n.º 28 da reunião ordinária realizada em 5 de dezembro de 2017;

Por unanimidade, aprovar a Ata n.º 29 da reunião ordinária realizada em 19 de dezembro de 2017.

ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS PERMANENTES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizado a atribuição de um fundo permanente no valor de 150,00€ (cento e cinquenta euros) ao Dr. Miguel Ângelo Mendes Godinho, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão da Cultura e Património Histórico, destinado a fazer face a despesas correntes imprevisíveis em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento administrativo do Município na classificação 01.02.02.02.25.03, ficando à responsabilidade da mesma, documento que constitui parte integrante da ata

APROVAÇÃO FINAL DA CORREÇÃO MATERIAL DA DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS PROPOSTOS DA AVENIDA INFANTE D. HENRIQUE, EM MONTE GORDO, DELIMITADA A SUL PELA AV. INFANTE D. HENRIQUE, A NORTE PELA RUA D. FRANCISCO DE ALMEIDA, A POENTE PELO PLANO PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO PONTE DE MONTE GORDO E, A NASCENTE PELO PLANO DE PORMENOR NASCENTE DE MONTE GORDO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser aprovada a Correção Material da Delimitação da Unidade de Execução dos Parâmetros Urbanísticos Propostos da Avenida Infante D. Henrique, em Monte Gordo, delimitada a Sul pela Avenida Infante D. Henrique, a Norte pela Rua D. Francisco de Almeida, a Poente pelo Plano de Pormenor da Zona de Expansão Ponte de Monte Gordo e a Nascente pelo Plano de Pormenor Nascente de Monte Gordo, que é constituída pela proposta de delimitação e fundamentação e respetivas e peças desenhadas que se anexam e aprovada ao abrigo do previsto no n.º 1 do artigo 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial conjugado com a determinação do n.º 5, do Artigo 56.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores Manuel Pôla Alturas e Célia Paz, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Votámos favoravelmente de acordo com a informação técnica anexa ao processo.”

14
Hélio
L

**CANCELAMENTO DO PACTO DE PREFERÊNCIA - MÁRIO LAGE - CONSTRUÇÃO CIVIL,
SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizado o cancelamento do registo do pacto de preferência, AP 1, oficiosa, datada de 29 de julho de 2008, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António sob o n.º 1924/20040415, Freguesia de Monte Gordo, por se julgar esgotada a sua finalidade, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

**ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVO AO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO
DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO
REFERENTE AO ANO LETIVO 2016/2017.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a Adenda ao Contrato-programa relativo ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares do 1º ciclo do Ensino Básico referente ao ano letivo 2016/2017, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

ATRIBUIÇÃO DE VERBAS NO SENTIDO DE COBRIR AS DESPESAS RELATIVA AOS ALUNOS CARENCIADOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR PARA O ANO LETIVO 2017/2018.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de serem atribuídas as verbas, de acordo com o mapa em anexo, ao Agrupamento de Escolas D. José I, para cobrir as despesas relativas aos alunos carenciados no âmbito das atividades de complemento curricular para o ano letivo 2017/2018, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

APROVAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE REFORÇO DE CONCESSÃO DE APOIO AOS GRUPOS PARTICIPANTES NO “CARNAVAL POPULAR 2018”.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Pôla Alturas e Célia Paz, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser ratificado o seu Despacho de concessão de apoio aos grupos participantes no “Carnaval Popular 2018”, no valor de dois mil e quinhentos euros, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



DOAÇÃO DE OBRAS DE ARTE À CÂMARA MUNICIPAL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aceite a doação das quatro obras de arte de António Aleixo Candeias, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – GRAÇA CRISTINA CARMELO CASTRO REIS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA MADALENA CRISTINA VALONGO LANÇA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – ISABEL MENDES AMORIM.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – SERGE MARIE SERINA CONCEIÇÃO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARGARIDA CONCEIÇÃO FIALHO MOURA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

18
Hélio
↓

DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS - JOÃO MANUEL MÓIA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

CELEBRAÇÃO DE ACORDOS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E AGENTES PRIVADOS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

- A Sra. Presidente retirou a proposta para uma melhor análise da mesma.

RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SIGNATÁRIO RELATIVO À ISENÇÃO DAS TAXAS DO PEDIDO DE APRECIÇÃO E EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, PARA REALIZAÇÃO DOS “BAILES DE CARNAVAL E PINHATA/2018” - JUNTA DE FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser ratificado o seu despacho datado de 8 do corrente mês de fevereiro, que autorizou a isenção das taxas respeitantes ao pedido de apreciação e de licença especial de ruído dos “Bailes de Carnaval e Pinhata” a realizar no Centro Cultural António Aleixo, dias 10, 11, 12 e 17 de fevereiro de 2018, em Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da presente ata.

RATIFICAÇÃO DO DESPACHO - ISENÇÃO DAS TAXAS DE APRECIÇÃO E EMISSÃO DE LICENÇAS DE RECINTO IMPROVISADO E ESPECIAL DE RUÍDO, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “28º ANIVERSÁRIO” – MOTO CLUBE DO GUADIANA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser ratificado o seu despacho datado de 8 do corrente mês de fevereiro, que autorizou a isenção das taxas respeitantes à apreciação dos pedidos e emissão das licenças de recinto improvisado e especial de ruído do evento “28º Aniversário”, a realizar dia 10 de fevereiro de 2018, nas instalações do Moto Clube do Guadiana, sito na Aldeia Nova – Monte Gordo, documento que constitui parte integrante da presente ata.

20
—
Hélio G. S.
↙

PROPOSTA APRESENTADA PELOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luís Romão, Carla Sabino e Rui Pires, reprovando a Proposta dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, no sentido de se proceder de imediato à normalização dos direitos dos trabalhadores da Câmara Municipal e da SGU de modo a que exista convergência de direitos entre os trabalhadores que trabalham igualmente para o Município na resolução dos problemas do Concelho e que se aplique a todos os trabalhadores da SGU o horário semanal das 35 horas e igual período de férias, em conformidade com os trabalhadores da Câmara Municipal, documento que constitui parte integrante da presente ata.

- Pela Sra. Presidente e subscrita pelos Srs. Vereadores Luís Romão, Carla Sabino e Rui Pires, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra a proposta apresentada pelos vereadores do Partido Socialista, sobre a reposição dos mesmos direitos aos trabalhadores da empresa municipal da SGU, por considerarem que os direitos e deveres destes trabalhadores, bem como vencimentos e horário de trabalho não podem ser equiparados aos funcionários afetos à função pública. Sublinha-se que os trabalhadores da empresa municipal estão abrangidos pela Lei inscrita no Código do Trabalho e os trabalhadores afetos aos serviços municipais estão abrangidos pela Lei Geral em Funções Públicas. Ambas privilegiam direitos e deveres similares, mas há aspetos divergentes, como é a situação dos horários de trabalhos, bem como a tabela salarial.”

21
Hélio
K

- Pelo Sr. Vereador Álvaro leal, foi formulada a seguinte declaração de voto:

"A CDU vota favoravelmente a proposta do Partido Socialista porque vai no encontro daquilo que temos defendido ao longo de vários mandatos na Câmara e Assembleia Municipal, trabalhadores com as mesmas funções e tarefas devem ter os mesmos direitos e obrigações."

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registou-se a intervenção do Sr. Pedro Pires, que informou que na Assembleia Municipal o que foi aprovado foi o indagar sobre a possibilidade dos trabalhadores da empresa municipal ficarem adstritos à prestação de trabalho semanal de 35 horas; no que se refere ao valor do contrato de prestação de serviços celebrado com a empresa Tesaba é o valor global considerando as renovações possíveis.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e vinte minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Heitor Moreira Mestre de Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, a redigi, subscrevo e assino.

Manoel de Almeida

Heitor